



**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**COORDENAÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS E PREGOEIROS**

Esplanada dos Ministérios, Bloco, 2º/3º andar, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: - [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)

**RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

**Processo nº 72031.004154/2020-76**

**Pregão Eletrônico nº 10/2020**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Secretariado-Executivo, Secretariado-Executivo Bilíngue e Técnico(a) em Secretariado a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 1) e Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Assistente Administrativo, Recepcionista, Almoxarife e Contínuo, a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 2), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Trata-se de reposta aos pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2020.

Considerando os esclarecimentos que tratam das condições editalícias dispostas no Termo de Referência, a Pregoeira submeteu o assunto à área técnica demandante para análise e manifestação da área técnica responsável pela realização dos estudos e definição da forma de contratação.

Conforme previsto no § 2º do art. 23 do Decreto nº 10.024, de 2019, as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

São apresentados os seguintes questionamentos seguidos das respectivas respostas:

**Com o intuito de participar do certame nº 10/2010, com abertura para 10/07/2020 às 10h, vimos respeitosamente solicitar esclarecimentos, conforme abaixo, para que possamos elaborar nossa proposta em conformidade com o Instrumento convocatório.**

**1. O órgão prevê o pagamento de Plano de Saúde, inclusive os valores de assistência médica/ambulatorial, seguro de vida e assistência funeral e a assistência odontológica e seus benefícios ou devem ser cotados de acordo com a Convenção Coleva?**

**Resposta:** A Administração, durante o curso de planejamento da licitação, tomou conhecimento do PARECER Nº 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU que, em suma, conclui pela ilegalidade acerca da estipulação em Convenção Coletiva de Trabalho do custeio de Plano de Saúde com oneração exclusiva da Administração Pública tomadora do serviço, e beneficiando apenas à categoria de empregados terceirizados desta. O referido Parecer foi objeto de reanálise pela Câmara Permanente Licitações e Contratos Administrativos da Advocacia-Geral da União que exarou o Parecer n.

00004/2017/CPLC/PGF/AGU, ratificando o entendimento anterior, conforme pode ser constatado nos trechos abaixo transcritos:

[...]

"Na espécie, além de se tratar de um custo reputado ilegal, não sendo o benefício do plano de saúde obrigatório e indispensável à contratação dos empregados, nos termos da própria CCT, não se mostra possível à Administração, conseqüentemente, contemplá-lo na composição dos custos mínimos obrigatórios da planilha estimativa da licitação. Também não é dado aos licitantes, pelos mesmos fundamentos, cotá-los em suas planilhas e propostas de preços, nem à Administração aceitar tais propostas."

Contudo, caso tais benefícios sejam estendidos a todos os contratos, e não somente aos contratos com a administração pública, os mesmo serão deferidos na proposta.

Caso contrário e baseada nos pareceres acima apresentados, a autoridade deste Órgão condicionará a adjudicação do objeto licitado à retirada do aludido item.

Extensivo por analogia aos demais benefícios semelhantes. Contudo, caso tais benefícios sejam estendidos a todos os contratos, e não somente aos contratos com a administração pública, os mesmo serão deferidos na proposta.

**2. No edital está especificado que somente as recepcionistas terão uniforme, em relação aos demais trabalhadores não será exigido uniforme?**

**Resposta:** Sim. Conforme previsão no Termo de Referência - Anexo I do edital, a Contratada fornecerá apenas uniformes para o posto de recepcionista, não necessitando disponibilizar para os demais, tampouco fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

**Marina Bittencourt de Oliveira Angarten**

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Marina Bittencourt de Oliveira Angarten, Pregoeiro(a)**, em 09/07/2020, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0558570** e o código CRC **AD2EB883**.